



Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 1996

ANO XLIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgard Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Pérciles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1996
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEIR pedido de destaque para a Proposição de Veto nº 039/96, veto apostado ao Projeto de Lei nº 064/95, item 2 da Sessão Extraordinária de hoje.

Nestes termos pede deferimento.
Sala das Sessões, em 23.04.96.

(a) TOTI COLAÇO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expediente, nem para o horário das Lideranças,
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando destaque para a Proposição de Veto nº 039/96, veto apostado ao Projeto de Lei nº 064/95. **Aprovado.**

O Sr. 1º Secretário vai proceder a chamada nominal para a votação do Projeto de Lei nº 039/96, do Deputado Toti Colaço.

ITEM 02:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 039/96 de veto apostado ao Projeto de Lei nº 064/95 de autoria do Deputado Toti Colaço que autoriza o Poder Executivo Estadual a construir e financiar total ou parcialmente o sistema Casa do Produtor Rural. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CIL/SEEG Nº 004/96.

Curitiba, 10 de janeiro de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 138/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 064/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a "construir, reformar e financiar, total ou parcialmente, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, moradias populares, destinadas ao pequeno produtor rural, pelo sistema denominado "Casa do Produtor Rural", no âmbito do Estado do Paraná".

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em epígrafe decorre de pronunciamentos das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, da Agricultura e do Abastecimento e do Secretário Especial da Política Habitacional, os quais, sem nenhum demérito à preocupação do legislador pela matéria versada, consideraram a medida - pela forma inadequada como está posta, autorizatória e ao mesmo tempo imperativa - contrária aos superiores interesses públicos. Também, segundo o ponto de vista da SEPL, é desnecessária porque o "Programa Paraná 12 Meses", abrange os objetivos

do projeto de lei ora vetado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 64/95 encontra-se publicado no D.A. n° 99/95, de 21.08.95, Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 39/96

VETO AO PROJETO DE LEI N° 64/95

P A F E C E R:

O Veto do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Projeto de Lei n° 64/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, tinha por objetivo autorizar o Poder Executivo a construir e financiar total ou parcialmente o Sistema "Casa do Produtor Rural", considerou-o contrário ao interesse público haja vista que o Programa Paraná 12 meses, abrange os objetivos do projeto de lei ora vetado.

A Constituição do Estado do Paraná, dispõe:

"Art. 71 - Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1° - Se o Governador julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.

(...)

§ 4° - O veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados, em escrutínio secreto".

O Veto do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, está em condições de ser apreciado em sessão plenária.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer, é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 27.02.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. TOTI COLAÇO (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, gostaria de chamar a atenção dos Srs. Parlamentares, neste instante, e com a permissão do líder do Governo, eu faria um apelo que pudesse liberar a sua bancada neste instante e todos os demais aliados, tendo em vista, que esse projeto, que foi aprovado há uns tempos atrás, tem um alcance social muito grande, principalmente, num momento em que estamos vivendo dentro do nosso País e dentro do nosso Estado.

Estamos acompanhando pela imprensa, o que está acontecendo, lá no Pará, as tragédias, as mortes, o movimento sem-terra avançando a cada dia, cada semana que passa, em todos os recantos do nosso País.

Aqui no Paraná, está aí no Rio Bonito do Iguaçu, está no Pinhão e em tantas outras comunidades, no interior do nosso Estado o Movimento dos sem-terra procurando, insistentemente, ter um pedaço de chão para trabalhar.

E o que diz esse projeto de lei; isto aqui é para fixar exatamente o homem no campo, aquele que já possui um pedacinho de terra, é aquele que está morando lá no interior do município do nosso Estado, e muitas vezes está trabalhando de agregado para o fazendeiro, para o pecuarista e não tem sua casa própria, é para os filhos do agricultor que o seu pai poderá perfeitamente escriturar ali um pedacinho de chão e o Governo do Estado financiar a Casa própria, financiar a sua moradia, para que o pagamento seja feito de forma equivalente a produtos. Ou paga-se em feijão, ou paga-se em milho, ou paga-se em arroz, trigo, soja, algodão, laranja, fruta, seja lá o que for.

É preciso que nós nesse instante - e estamos preocupados, temos que conquistar a consciência do nosso País, que possamos dar estas condições ao Governo do Estado, a implantar este programa no Estado do Paraná, para que, de posse deste programa, ele consiga até recursos do Governo Federal, em cima deste clima de tensão que passa o campo.

Por isso, Senhores Deputados e Senhora Deputada, peço com o maior respeito, inclusive com a Liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio, e os demais Partidos aliados ao Governo. Este projeto é de um alcance social muito grande. Se o homem da cidade, o operário tem condições de financiar a sua casa própria, porque o homem que mora no campo, o nosso pequeno agricultor, não pode financiar a sua moradia? Cabe a nós aqui, neste instante decidir esta parada.

E peço aqui, evidentemente em nome da nossa bancada, em nome dos companheiros que vão votar pela derrubada do veto, e por que não dizer, tenho certeza absoluta que o próprio Governador vai entender a

profundidade deste projeto, quando ele sentir de perto que o momento por que passa o nosso país, o nosso Estado carece de um instrumento de trabalho e de apoio para que permaneçam no campo os nossos pequenos agricultores.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, manifestar o nosso apoio ao projeto do Deputado Toti Colaço, votando contra o Veto do Governador do Estado, porque estivemos analisando o Projeto Paraná 12 Meses, que é um dos projetos ou o projeto do Governo do Estado para a área da agricultura no Estado do Paraná. E na alegação justificativa para o Veto, coloca que esse Programa Paraná 12 Meses contempla o que o Deputado Toti Colaço está propondo no seu projeto.

Não é verdade, porque os três itens específicos e objetivos do projeto combatem a pobreza rural através dos mecanismos determinantes que o provocam, ou construir e viabilizar a recuperação de solos, ou ainda por mecanismos e ingresso de renda na unidade produtiva, em nenhum momento trata da questão da aquisição da casa própria para quem já tem uma unidade produtiva, como é o caso do projeto do Deputado Toti Colaço.

Por outro lado, ainda seguindo a orientação do que está constado no próprio projeto; os subcomponentes de atividades desse projeto, o manejo de conservação dos recursos naturais, modernização da agricultura familiar e combate à pobreza no meio rural. Em nenhum momento vemos algum item que contempla a idéia de financiamento de casa de habitação para a zona rural.

Um único ponto que toca aqui é alegação de que o Projeto de Vilas Rurais estaria contemplando, o que não é verdade. Por quê? O setor habitacional colocado a questão da habitação rural, do ponto de vista da Vila Rural é para quem não tem propriedade, é só aquele que não tem propriedade. Inclusive diz aqui: (lê) "A infra-estrutura social familiar contempla o setor habitacional com a construção de residências e melhorias, reformas e moradias, saneamento básico, etc, quanto a captação e tratamento".

Mais tarde, o próprio projeto define que isso será dado a bóias-frias, seguindo o preceito de combate à pobreza.

Então, Senhores Deputados, tendo em vista que nem o projeto do governo atende a essa questão, entendendo que pode perfeitamente o projeto do Deputado Toti Colaço ser incorporado ao Programa "Paraná 12 Meses", pedimos então às demais bancadas que votem também a esse projeto de al-

cance e relevância social.

Obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto, deverão se manifestar com a cédula que contém a expressão "sim". Os contrários ao Veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "não".

O Senhor 1º Secretário procederá à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) -
Procede à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 53 Senhores Deputados.

Designo comissão constituída pelo Deputado Fossoni, pelos Deputados Romanelli, Pessuti e Toti Colaço para compor a comissão escrutinadora.

A Mesa comunica aos Senhores Deputados que há mais uma votação. Os Senhores Deputados que não votarem não terão direito ao jeton.

17 votos com a cédula "sim". 32 com a cédula "não". 4 votos em branco. **Rejeitado o Veto.**

Passaremos à apreciação da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 030/95. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 110/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a instalar unidades de Delegacia de Proteção ao Idoso, em todas as cidades pólos de Microrregião do Estado. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/CTL/SEEG nº 148/95

Curitiba, 19.07.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 052/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 110/95, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, afronta o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 110/95 encontra-se publicado no D.A. n° 34/95, de 18.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 030/95

P A R E C E R:

A presente proposição de Veto n° 030/95, oriunda de Mensagem Governamental, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei n° 110/95, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a instalar unidade da Delegacia de Proteção ao Idoso, em todas as cidades pólos de Microrregião do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar a respeito da legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa e embora se trate de projeto meramente autorizatório, entendemos que a criação de unidades de uma Delegacia Especial em todas as cidades-pólo de Microrregião do Estado, gera um aumento de despesas para o Estado, não se tratando de remanejamento de verbas.

Assim, nos manifestamos favoravelmente ao presente Veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para Encaminhar) - Quero, com todo o respeito - já conversei com o Deputado Algaci, - liberar a todos, cada um vote com sua consciência, só queria deixar neste projeto um sonho do Deputado Alborghetti.

É um sonho. Isso aqui é um sonho meu e não abro mão dos meus ideais e da minha maneira de sonhar. Posso estar sonhando com o ano 2.000, com os países de primeiro mundo, mas em São Paulo já temos a Delegacia de Amparo ao Idoso. É a delegacia mais moderna que conheci como homem de televisão e como Deputado.

Permita-me, Deputado José Maria, fui a São Paulo, conheci a Delegacia de Amparo ao Idoso. Fui tão bem atendido, fiquei tão radiante, me apresentei como Deputado, fui recebido, depois fui à Assembléia Legislativa em São Paulo, vi o projeto, analisei, então o meu sonho, porque o idoso não tem aonde procurar guarida.

Por exemplo, ontem houve um assassinato na Capital do Estado, um senhor idoso estava sendo ameaçado pelo genro. O genro estava traindo a filha dele e ele estava sendo ameaçado de morte. Ele foi em várias delegacias, ninguém aceitou a queixa dele, ninguém tomou nenhuma providência e ontem o mataram, o genro matou esse ancião na frente da residência. Se tivéssemos uma

delegacia de proteção ao idoso, esse idoso não teria morrido no Estado do Paraná.

Quantos idosos são violentados nos seus direitos, quantos idosos morrem porque não têm amparo legal, porque não encontram guarida de um delegado especializado, porque, às vezes falam: "o Alborghetti é louco, ele sonha com idéias mirabolantes." Porque não temos a delegacia do idoso, não temos assistente social, não temos a psicóloga, não temos o promotor público e não temos o juiz de Direito, como existe nos Estados Unidos. Em todas as delegacias de polícia dos Estados Unidos, Deputado Romanelli, - sou um Deputado que me correspondo demais com a embaixada americana, tenho uma série de documentários a respeito da segurança do primeiro mundo e olha, toda delegacia tem um promotor público, ao lado da delegacia tem um pequeno tribunal para julgar imediatamente aquilo que for de interesse ou que tenha causado uma forma de violência.

Libero todos. Querem votar o meu projeto? Votem. Não tem problema. Mas olha, sinceramente, queria deixar plantada uma idéia, respeito muito a minha bancada, sou um homem que não cuspo no prato em que como, voto com a minha bancada. Querem vetar, vetem o meu projeto, mas que fique plantada uma semente, o idoso merece ser respeitado no Estado e merece uma delegacia de amparo. Por favor, repensem e pensem comigo.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Queremos tranquilizar o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que da mesma forma como houve entendimento no Veto anterior, também não deixaria de haver com relação ao projeto do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. A bancada evidentemente está liberada para votar da maneira como entender. Eu também tenho um carinho muito especial pelo idoso, aliás, estamos preparando o nosso caminho, o Pessuti já está lá, o José Tavares já está lá, o Caíto já está lá, estamos preparando o nosso caminho, temos 56 grupos de idosos em Curitiba e sou padrinho de 52. Como é que eu vou votar contra os idosos?

Portanto eu vou votar com o Deputado Alborghetti para que possa ser possível tornar realidade esse sonho que nesta vida é de todos nós.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar) -

Gostaria também, só para encaminhar o projeto do Deputado Alborghetti, dizer que concordamos com o seu projeto, que é viável, a região de Ponta Grossa recebe com carinho o seu projeto e eu vou votar favorável, meu caro Deputado Alborghetti.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
Inicia a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram
Quarenta e sete Senhores Deputados.

Designo Comissão, constituída pelos
Deputados Coimbra, Algaci Túlio e Orlando
Pessuti, para constituírem a Comissão.

Votaram quarenta e sete dos Senhores
Deputados; trinta e dois com cédula "NÃO";
oito com cédula "SIM"; e sete, em branco.
Aprovado o Projeto, rejeitado o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro
encerrada a presente Sessão Extraordinária.

ria, marcando outra para amanhã, quarta-
-feira, dia 24, para logo após o término
da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs
005 e 012/96.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs
150 e 151/96.

Levanta-se a sessão.